

## A DESIGNAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA CIDADE FRONTEIRIÇA DE URUGUAIANA: INTERFACE PORTUGUÊS E ESPANHOL

Emmanuelle Ribeiro Bär <sup>1</sup>  
Eliana Rosa Sturza <sup>2</sup>

**RESUMO:** Entende-se que a fronteira territorial "é a cristalização no território de um limite legal, físico e simbólico, de ação de um projeto social hegemônico pelo Estado-Nação" (CATAIA, 2011, p. 19). No entanto, a fronteira também pode ser concebida como uma zona de entremeio, de confluências e de conflitos, em que convergem as características de uma sociedade fronteiriça. Nessa fronteira social, há um deslocamento de mercadorias, sujeitos e línguas, sendo o comércio um dos fatores que propicia esse intenso "ir" e "vir". Essa realidade despertou-nos o interesse em investigar se existiam materialidades escritas em espanhol no comércio de Uruguaiana, cidade da fronteira oeste do RS e ponto comercial estratégico entre o Brasil e os países da Bacia do Prata. Essa procura por materialidades escritas fez com que encontrássemos um número expressivo de nomes de estabelecimentos comerciais em língua espanhola no comércio local. Assim, através de uma análise semântico-enunciativa, que se filia a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, objetiva-se analisar o funcionamento da língua espanhola em dez designações de estabelecimentos comerciais. Através da análise, constatou-se que ao designar os estabelecimentos em espanhol os sujeitos fronteiriços identificam-se com esta língua, como sendo sua e do lugar político de seus destinatários enquanto consumidores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira. Comércio. Línguas. Designação.

**ABSTRACT:** It is known the national border "is the cristalization in the territory of a legal, material and symbolic, of a social project action hegemoned by the nation state" (CATAIA, 2011, p.19). However, the border also can be undertood as an interlaced zone of confluence and conflicts, in which differ the characteristics of a border society. In this social border, there is a shift of commodities, people and languages, being the trade one of the factors that provide this "come" and "go". This reality aroused us the interest in investigating if Spanish written materialities existed in the trade of Uruguaiana, a western border city of RS and strategical trade point between Brazil and the countries of the La Plata River Basin. This search for written materialities made us find a significant number of names of business premises in Spanish language in the local business. Thus, through an enunciative semantics analysis which is associated with a theoretical perspective of the Occurence Semantics, the aim is to analyse the functioning of the Spanish language in ten designations of business premises. Through the

---

<sup>1</sup> Professora de língua espanhola em Centro de Idiomas. Licenciada em Letras – Habilitação em Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e Mestre em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: [emmanuellectbar@yahoo.com.br](mailto:emmanuellectbar@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: [liurza@gmail.com](mailto:liurza@gmail.com).

analysis, it was determined that when designating the premises in Spanish the border people identify themselves with this language, as being theirs and from the political place of their recipients while consumers.

**KEYWORDS:** Border. Trade. Languages. Designation.

## **Introdução**

Nesta pesquisa, entende-se a fronteira como uma zona de entremeio, de confluências e de conflitos, em que convergem as características de uma sociedade fronteiriça. Nela fluem as relações entre outras nações, outras línguas, outras culturas, outros sujeitos. Essas práticas sociais, culturais e comunitárias re-significam o que é território nacional, desencadeando um processo de desterritorialização (STURZA, 2011). O comércio fronteiriço contribui para o “ir” e “vir” de pessoas e mercadorias, de um lado ao outro da fronteira, o que acaba contribuindo significativamente para esse processo de desterritorialização das línguas. Considerando o fato que o comércio, na fronteira, propicia um constante contato entre os sujeitos e as línguas é que o escolhemos e delimitamos como um espaço propício para investigar o funcionamento das línguas.

Após a primeira visita a Uruguaiana, no ano de 2015, que tinha por objetivo investigar se havia materialidades escritas em espanhol no comércio local, encontramos um número expressivo de nomes de estabelecimentos comerciais em espanhol, acompanhados dos artigos determinantes “el” e “la”. Este fato nos despertou o desejo de analisar o funcionamento dos mesmos, através de um estudo enunciativo das designações. Após esse primeiro contato, no ano de 2016, voltamos à cidade e delimitamos como *corpus* da pesquisa dez nomes de estabelecimentos comerciais de diferentes ramos, todos determinados pelos artigos determinantes “el” e “la”. Nessa segunda visita, dialogamos com os comerciantes e traçamos um perfil sociológico de cada estabelecimento. Esse perfil teve por objetivo ajudar-nos na análise semântico-enunciativa. O arquivo é digital, composto por fotografias tiradas das fachadas e placas dos estabelecimentos. Foram mobilizados na análise os conceitos de temporalidade (*memorável*), Espaço de Enunciação Fronteiriço e o Político, conceitos estes da Semântica do Acontecimento, perspectiva teórica adotada.

Para embasar a nossa análise, primeiramente, abordamos os aspectos históricos que configuraram as fronteiras sul-riograndenses e a sociologia da cidade de Uruguaiana. Também tratamos sobre a questão das línguas na e da fronteira para, por último, abordarmos a questão metodológica e analítica.

### **A delimitação das fronteiras no sul do Brasil: o palco de disputa entre duas coroas**

As terras ao sul do continente americano foram alvo de intensas disputas entre as Coroas de Portugal e Espanha e também acabaram estabelecendo-se como uma das principais rotas de contrabando (comércio informal). A região da fronteira sul-riograndense é marcada por uma memória de litígios e de trocas entre luso-brasileiros e castelhanos rio-platenses.

A fronteira rio-grandense é o produto da ação do Estado e de sua concepção expansionista, que produziu na população formas concretas de mobilização e uma cultura imanente dessa lógica de transposição de limites; uma população que se fez no movimento sobre o outro transfronteiriço, na transgressão territorial, e que encontrou a sua coesão formativa na relação ocupacional e opositiva ao outro regional/nacional “castelhano”. E que também se distinguiu do restante do país no parâmetro belicista da guerra, onde a cavalaria – para o fronteiriço arma militar e método de trabalho, simbolizada como paradigma cultural – afirmou praticamente a imagem sulista (GOLIN, 2002, p. 59).

Uma forte influência espanhola na ocupação do território sul-riograndense foram os padres da Companhia de Jesus (jesuítas) que lutaram contra os bandeirantes (portugueses), que vinham em busca de mão de obra. Os objetivos deles eram escravizar o índio e saquear suas aldeias. As incursões portuguesas, nas quais atuavam, adentraram os territórios mais longínquos do poder central e foram nomeadas de “entradas” e “bandeiras”. “O movimento das bandeiras constituiria a principal experiência de fronteira” (CHIAPPINI, MARTINS E PESAVENTO, 2011, p. 17). Diferentemente dos bandeirantes, os jesuítas objetivavam reduzir o índio para convertê-lo à fé cristã, livrando-o de sua cultura pagã. A chegada dos primeiros padres da Companhia de Jesus ocorreu a partir do ano de 1626. Estes se estabeleceram na chamada zona do “Tape”<sup>3</sup> e começaram a fundar as suas reduções, sob bandeira espanhola (COLVERO, 2004).

Logo, os jesuítas começaram a representar uma ameaça aos interesses dos luso-brasileiros, pois disputavam a mão de obra indígena. Em 1636, as reduções do Tape foram atacadas pelas tropas chefiadas pelo bandeirante Raposo Tavares. A partir de 1680, fundou-se a Colônia do Sacramento, sob a bandeira portuguesa, em frente ao porto de Buenos Aires. Ficou claro que as nações ibéricas queriam permanecer na região, iniciando-se, assim, um processo de conflito político, militar, econômico e religioso.

No final da primeira metade do século XVIII, as relações entre espanhóis, luso-brasileiros e guarani-missioneiros, na região do Prata, ficaram insustentáveis. Com o intuito de

---

<sup>3</sup> Tape era a área que se estendia pela bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado, pelos contrafortes das Serras do Mar e Geral e com o rio Uruguai, por outro (Colvero, 2004, p. 19).

resolver o problema, os monarcas das duas Coroas assinaram, em 1750, o Tratado de Madri. Com este tratado, as reduções dos sete povos das missões ficariam sob o domínio português, com isso os índios reduzidos revoltaram-se, pois queriam continuar sob o domínio espanhol. Esse fato fez eclodir a Guerra Guaranítica, que se iniciou em 1754, e como consequência dizimou as reduções, os índios foram massacrados e derrotados pelos portugueses. Segundo Golin (2002, p. 49) “somente depois da derrota indígena na Guerra Guaranítica, em 1756, é que a fricção fronteira tomou o aspecto de zona entre dois Estados tipicamente coloniais. Assim mesmo, os charruas e os minuanos conservavam muitas áreas, a exemplo da região do Jarau”.

Outros tratados foram assinados com a intenção de definir as terras que pertenceriam a Portugal e Espanha, visto que as relações entre as duas Coroas continuavam estremecidas. Em 1761, foi assinado o Tratado de El Pardo<sup>4</sup> e em 1777 o de Santo Ildefonso<sup>5</sup>. Também se definiu uma faixa de terra na divisa das duas fronteiras, entre a lagoa Mirim, lagoa Mangueira e a costa Atlântica, como terras neutras que não pertenceriam a nenhuma das duas coroas. “Os campos neutrais, como ficaram conhecidas tais terras, serviram como uma das principais rotas de contrabando entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental” (COLVERO, 2004, p. 27).

Ainda com todas as tentativas de solucionar o problema das fronteiras sul-riograndenses foi somente no ano de 1801, que os portugueses “tendo à frente o estancieiro Manuel dos Santos Pedroso, juntamente com José Borges do Canto e mais alguns homens, conquistaram as Missões orientais, o que levou a que se começasse a definir a fronteira oeste do Rio Grande do Sul” (COLVERO, 2004, p. 29).

Com a tomada do Povo de São Borja encerrou-se o capítulo das Missões pelas armas portuguesas. Com a doação de sesmarias, houve muita procura pelas terras sulinas por parte de estancieiros do centro do país, militares e funcionários do Império, que buscavam uma propriedade para desenvolver uma atividade capitalista. As atividades não fugiram ao modelo já consagrado pelos jesuítas: a criação do gado e a produção de alguns produtos de grande consumo, como a erva-mate (COLVERO, 2004).

Essa memória de litígios faz com que o imaginário do mundo da fronteira seja a de um mundo pouco regrado, um mundo da aventura. Muitos o veem como um mundo de violência,

---

<sup>4</sup> Este tratado não anulava totalmente o de Madri, mas devolvia as Missões Jesuíticas ao domínio espanhol e a Colônia do Sacramento, a Portugal (COLVERO, 2004, p. 26).

<sup>5</sup> O tratado tinha como objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal (COLVERO, 2004, p. 27).

onde a civilização se valeria da selvageria. Há uma reiteração da violência e da discriminação dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, o que explica a permanência do gaúcho na literatura e na música. Os heróis da fronteira são bandeirantes, fazendeiros, pistoleiros, entre outros. A violência produzida contra índios, negros, mulheres e crianças foi justificada pelo conflito entre natureza e cultura e acabou sendo tolerada. Assim, “fronteiras, por definição, seriam terras sem dono, e sua conquista seria um ganho para a sociedade civilizada” (CHIAPPINI, MARTINS & PESAVENTO, 2011, p. 19). As fronteiras sul-riograndenses configuraram-se por meio de um processo lento e tardio, devido às intensas disputas bélicas e diplomáticas entre as coroas portuguesa e espanhola.

### **A sociologia da fronteira Brasil-Argentina: a cidade, os sujeitos e o comércio**

*Assim, uma nova fronteira foi se delineando, com suas especificidades, de forma que não se conseguia definir a língua utilizada, a origem exata da sua população, já que havia índios, europeus e negros misturados a uma leva de pessoas que ali se estalaram* (COLVERO, 2004, p. 206).

De acordo com Colvero (2009), as sesmarias<sup>6</sup>, na região onde hoje é Uruguaiana, começam a ser distribuídas em maior escala a partir de 1814. Em 1831, a Regência cria a Guarda Nacional, que objetivava transformar o latifúndio em posto militar para salvaguardar as fronteiras brasileiras. Esta também distribuiu entre os estancieiros e ricos comerciantes, patentes militares. Aos proprietários das grandes fazendas geralmente destinava-se o posto de coronel e, devido às grandes distâncias da autoridade institucional do Estado, delegavam-lhes a autoridade legal do local, sendo esta a base do coronelismo.

Um dos personagens principais que habitava a região da fronteira oeste na época da sua colonização, além do português e do espanhol, era o índio. Com o contato entre o homem branco e o índio surge o elemento miscigenado. Esses mestiços eram chamados de “gauches<sup>7</sup>” e assim como os castelhanos andavam em bandos e saqueavam as estâncias. Villela (1970, p. 34) afirma que houve uma “época em que os bandos armados cruzavam os campos desta zona do Rio

---

<sup>6</sup> Terrenos inclusos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los. Uma sesmaria media em regra, cerca de 6.500m<sup>2</sup>. No Brasil, adquirem feição peculiar, transformando-se em grandes latifúndios, reflexos de doações generosas da monarquia portuguesa (ver AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. P. 358).

<sup>7</sup> Termo de cunho pejorativo denominava o povo anterior à formação das fronteiras no Rio Grande do Sul, formado pelo elemento Índio mais o Espanhol e o Português. (VILLELA, 1970, p. 34-35),

Grande, saqueando as estâncias e matando a todos que intentassem obstruir o seu propósito. Eram legítimos mestiços de portugueses com índias, homens completamente sem escrúpulo de qualquer natureza”.

Com o passar do tempo esses “guaches” foram mesclando-se aos moradores das fazendas, originando os gaúchos. Estes trabalhavam na lida campeira da estância, eram a guarda armada, que objetivava a manutenção da fronteira a serviço dos estancieiros. Outro importante personagem no desenvolvimento da cidade foram os afrodescendentes. Os escravos negros não foram beneficiados por uma escravidão atípica no Rio Grande do Sul. Em Uruguiana, trabalharam nas atividades voltadas à pecuária e também nas atividades urbanas, sendo considerados mercadorias. O afrodescendente foi um importante contribuinte no processo pré-capitalista da fronteira-oeste, ajudando no enriquecimento do estancieiro coronel e deixando a sua marca na construção da identidade de Uruguiana (COLVERO, 2009).

Sobre a criação da vila de Uruguiana, conforme Colvero (2004), os primeiros relatos são dos viajantes franceses Arsène Isabelle e August de Saint-Hilaire, que descreviam em seus diários as mais diversas situações pelas quais passaram na região. Segundo esses viajantes, em 1820, havia um vau de Santana, acampamento militar português de pequeno porte, cuja meta era impedir a entrada de mercadorias advindas dos países do Prata, bem como uma possível invasão militar espanhola. Nesta época, já circulava muita moeda proveniente de negócios lícitos e ilícitos praticados por comerciantes, viajantes e estancieiros.

A cidade de Uruguiana nasceu no período da Revolução Farroupilha<sup>8</sup> (1835-1845), sendo idealizada pela República rio-grandense.

Logo depois de criada a primitiva povoação de Santana Velha, - que por certo aproveitou os velhos arranchamentos orientais, já encontrados por Saint Hilaire – sediou-se aí um Destacamento volante que pertencia ao segundo Distrito de Alegrete, onde já estava a sede do Governo da República Farroupilha. Aí se exercia o controle fiscal, ...até os primeiros anos da Vila, quando já mudada para o Capão do Tigre, com o nome de Capela Curada do Uruguai. Esta, quando instituída em Vila, se transforma em Uruguiana, por decreto do Governo Farrapo (PONT, 1983, p. 115).

Domingos José de Almeida, fundador da cidade de Uruguiana e ministro da república rio-grandense, foi quem escolheu o local do povoamento às margens do rio Uruguai e quem em 1843 constituiu um posto de fiscalização contra o contrabando, ponto estratégico às tropas da

---

<sup>8</sup> Esta revolução ocorreu pela insatisfação de parte dos fazendeiros da Província de São Pedro, devido às altas taxas com o sal, prejuízos no negócio do charque, a falta de ressarcimentos com despesas de tropas e o isolamento junto ao Poder Central (COLVERO, 2009).

república rio-grandense. Trocou-se o lugar da sua localização, por causa das enchentes, do vau de Santana para o Capão do Tigre, terras de um rico estancieiro conhecido como Couto Rico. Após a sua fundação, foi em 1846 que o povoado separou-se de Alegrete e, a 29 de maio do mesmo ano, passa a categoria de vila. Segundo Colvero (2009, p.05) “Uruguaiana foi projetada e construída com quadras e ruas largas, e o casario se proliferou chegando, ainda naquela época, a ter mais de cem casas habitadas à custa das atividades pastoril e comercial, que as Estâncias geravam grande parte da sua riqueza”.

Com a abolição da escravatura decretada no município em 31.12.1884, quatro anos antes da Lei Áurea (1888), houve uma crescente imigração europeia em todo o Rio Grande do Sul e estes imigrantes, ainda que em menor número, se compararmos com as outras regiões do estado, compraram terras na região. De acordo com Colvero (2004), alguns colonos e comerciantes franceses, alemães, italianos, espanhóis e ingleses adquiriram propriedades na região da fronteira oeste, com o intuito de dedicar-se à criação de gado bovino e ovino. Os ingleses possuíam algumas indústrias e negociavam mais com Montevideú. Já os franceses também se dedicaram à importação e exportação, porém negociavam mais com Buenos Aires e o Centro do Brasil.

De acordo com Colvero (2004), a formação da identidade do Uruguaianense conta com a figura dos índios, espanhóis, portugueses e negros, além de imigrantes, em especial, italianos, franceses e alemães provenientes da Europa. Segundo Fernandes & Sturza (2009, p. 213) “os imigrantes ocuparam papel de destaque na urbanização e organização sócio-política do município”. Eles contribuíram para o que as autoras chamam de sociologia da fronteira<sup>9</sup>. Atuaram na vila como professores, magistrados, proprietários de casas de comércio e de pequenas fábricas, de agências de importação e exportação. Fundaram suas Sociedades, (como a Espanhola, em 1876) e tinham representações consulares italianas e francesas.

---

<sup>9</sup> Para Fernandes e Sturza (2009, p. 212), “a fronteira tem uma sociologia própria que se constitui pela contiguidade e cotidianidade das relações, mesmo quando mais restritas ao econômico. No caso das comunidades gêmeas Uruguaiana – Paso de los Libres, essa sociologia é determinante para o modo como as línguas de fora, uma vez em contato, entram no espaço de circulação da língua nacional, a língua de dentro”.

### **Língua na e da fronteira e o Espaço de Enunciação Fronteiriço**

De acordo com Sturza (2010) a perspectiva enunciativa considera o contato das línguas pelo modo de circulação na sociedade fronteiriça e pelo sentido que as línguas apresentam para os sujeitos fronteiriços como lugar de significação de sua identidade. "O habitar e o viver entre línguas dos sujeitos fronteiriços são enunciados na língua da fronteira e significam um processo identitário particular" (STURZA, 2010, p. 83). Assim, a noção de fronteira linguística é a da materialidade da língua, na qual as formas são indicadores da presença de uma língua na outra, quando o espanhol entra no português ou vice-versa. O que nos interessa é o efeito de sentido produzido pela entrada de uma dessas formas na língua falada pelo sujeito fronteiriço.

Ao serem tomadas de empréstimo e, até mesmo, sendo incorporadas à língua da fronteira, tais formas linguísticas deslocam seu funcionamento e seu significado da língua fonte, passando o falante a atribuir novos sentidos a essas palavras que *agarram* para si, tornando-as, assim, constitutivas das práticas linguísticas de que dispõe para comunicar-se (STURZA, 2010, p. 85).

As línguas ao serem enunciadas, explicitam a identidade dos seus sujeitos falantes e significam que estão condicionadas ao que foi constituindo-se historicamente na fronteira social. Há inegavelmente relações que se estabelecem entre os sujeitos e o seu espaço social (STURZA, 2010). Segundo Guimarães (2003, p. 48), "as línguas de fronteira são o resultado muito particular da relação política geo-linguística de Estados diferentes". Já Sturza (2010) define-as como línguas que se enunciam nesse espaço de circular e nesse espaço de habitar, a que denominou de Espaço de Enunciação Fronteiriço. É neste espaço, definido por Sturza (2006) como espaço político, onde entram em contato/conflito as línguas nacionais de Estados diferentes (o português e o espanhol) juntamente com as línguas de fronteira.

O sujeito enunciadador de práticas linguísticas fronteiriças funciona como figura política que se move entre o eu e o outro. Ou seja, um falante de uma língua nacional frente a outro falante de outra língua nacional é afetado pelo imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, e também terminam, os domínios de outra prática linguística, nem sempre de outra língua nacional (STURZA, 2006, p. 60).

É importante ressaltar que as fronteiras do extremo sul do Brasil com a Argentina e o Uruguai têm histórias locais distintas, embora tenham muitos códigos sociais comuns. Nas zonas de maior concentração urbana há um maior contato entre os grupos sociais. Nesses espaços elas têm maior domínio de circulação. Quanto maior a circulação de falantes maior é o contato enunciativo, que é o que marca o irrepetível do Espaço de Enunciação Fronteiriço. Os



falantes se movem em vários lugares, em diferentes cenas, inclusive na escola, espaço de exigência da língua nacional (STURZA, 2010).

O comércio fronteiriço é sem dúvida um local de grande circulação de falantes e são nesses espaços que "os sujeitos fronteiriços explicitam que sentidos essas línguas têm para eles quando elas funcionam nesses ambientes de circulação" (STURZA, 2010, p. 89). Um exemplo disso foi um trabalho de levantamento<sup>10</sup> realizado com vendedores ambulantes, no ano de 2009, em Uruguaiana. Quando os vendedores foram questionados sobre o que as línguas praticadas no comércio representavam para eles a maior ocorrência identificada foi a do termo *mistura*.

Nos vários depoimentos sobre a língua que se fala no comércio local, a *mistura* apresenta-se significada pela sua função imediata de facilitar a comunicação, ao mesmo tempo significando uma *língua de*. Essa *língua de* é compreendida como própria do lugar, ou seja, da fronteira marcando uma nova territorialidade, o terceiro território, nem lá nem cá cabe a mistura. O entrelínguas que remete ao processo identitário de sujeitos que estão entre espaços e línguas. E, tal, como a *mistura* das línguas, é um processo incompleto, em construção, irregular, instável (STURZA, 2010, p. 89).

O comércio na fronteira tem um importante papel: o de colocar em interação espaços nacionais diferentes. Este comércio impulsiona a vida local e depende do fluxo cambial. São nesses locais onde a circulação de falantes é mais dinâmica, em que os contatos intensificam-se. A língua que se fala no comércio fronteiriço é a língua do lugar, da necessidade, da relação. Assim, os contatos linguísticos nas fronteiras se estruturam mais pela questão da enunciação, a de projetar e considerar o interlocutor, a quem se enuncia, o que independe de estes terem ou não domínio dos códigos linguísticos. Esse não domínio do código, muitas vezes, causa enfrentamentos nos espaços institucionais e formais de uso da língua, como na escola, quando a língua que os identifica como sujeitos, a de dentro de casa, a da rua, a do comércio, é estigmatizada, é carregada de preconceitos, de negação da identidade fronteiriça. Quando o falante utiliza-as marca o seu lugar político e identitário. Há "um redimensionamento do lugar que as línguas passam a ocupar para os sujeitos, e os sentidos políticos que elas têm, pelo dizer, enunciar a identidade fronteiriça" (STURZA, 2010, p. 93).

A fronteira enunciativa se constitui no plano do enunciar pela distribuição dos lugares de dizer *na(s)* língua(s), significando a relação do sujeito com as línguas, a partir de uma distribuição desigual dos lugares do dizer. É a interdição linguística, que divide a língua da

<sup>10</sup> Esses depoimentos foram recolhidos por Emmanuelle Coutinho Ribeiro Bär. Ver. *O comércio informal e o uso do portunhol na cidade fronteiriça de Uruguaiana*. Monografia de final de Graduação. Entrelínguas / Letras - UFSM - Santa Maria - RS, 2009.

escola, da língua da rua, da família, do comércio, fazendo o sujeito significar-se pelo conflito de dizer em cada língua, de acordo com os lugares em que está autorizado a dizer. Esta fronteira que é instaurada pela interdição, é, para estes sujeitos, o lugar da resistência.

Nas comunidades fronteiriças de Uruguaiana e Paso de los Libres o aspecto econômico contribui para que o fluxo de pessoas de um lado ao outro da fronteira se intensifique. O rio Uruguai propicia negócios entre brasileiros e *castelhanos* (argentinos e uruguaio), negócios estes que, a partir da segunda metade do século XIX, tornaram-se mais intensos e integraram estas zonas às capitais platinas (Buenos Aires e Montevideu). Esse comércio propiciou uma sociologia própria, para que as línguas de fora, uma vez em contato, entrassem no espaço de circulação da língua nacional, a língua de dentro, conforme afirma Grimson (2005) *desde fuera hacia adentro*.

O fato é que o espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil, assim como o da língua espanhola da Argentina e do Uruguai, constitui-se como um espaço de enunciação *entre línguas*, o qual Sturza (2006) chamou de Espaço de Enunciação Fronteiriço. Além do português e do espanhol houve uma circulação intensa de outras línguas europeias na cidade de Uruguaiana, principalmente na 2ª metade do século XIX e início do século XX.

Os imigrantes contribuíram para a construção de uma sociologia da fronteira, colocando em circulação outras línguas, além do português, do espanhol e das línguas indígenas. Segundo Fernandes & Sturza (2009, p. 214) "nos primeiros jornais que surgiram no município de Uruguaiana, há textos publicados por italianos, espanhóis, franceses, alguns por argentinos e uruguaio, todos escritos em suas línguas maternas". Por conseguinte, percebe-se que, no início do século XX, ainda não havia uma interdição quanto à circulação das línguas, tanto na escrita como na oralidade. O processo de interdição linguística teve o seu tempo áureo somente no Estado Novo, regime ditatorial do presidente Getúlio Vargas, que decretou a obrigatoriedade da alfabetização em língua portuguesa. Esta ação foi considerada um gesto político, que produziu o silenciamento de outras línguas. O ideal do governo foi o de "unificar" a língua, como se a língua portuguesa fosse a única falada em todo o território nacional, para assim satisfazer os ideais nacionalistas da época.

## O comércio como espaço e constituição de uma cena enunciativa na fronteira: no entremeio das línguas

Para construir o arquivo, fomos até a cidade de Uruguaiana, onde ficamos por quatro dias, entre 10 e 14 de agosto de 2015. Neste período, tínhamos por objetivo coletar quaisquer materialidades escritas, no comércio, que contivessem palavras em espanhol ou em um processo de mistura com o português. Desta primeira coleta de dados, formamos um arquivo com vinte e dois nomes de estabelecimentos comerciais. Como fora dito, em um primeiro momento, analisaríamos qualquer materialidade escrita, mais especificamente pensávamos em propagandas, como: panfletos, banners, cartões de visita, etc. Porém, nesta primeira visualização do arquivo, identificamos somente a incidência de nomes de estabelecimentos em espanhol. Portanto, restringimos o nosso objeto de análise para a designação.

De acordo com Guimarães (2003) "a cidade é um espaço cada vez mais habitado por palavras. São placas sinalizadoras de direção, de nomes de rua, outdoors, folhetos distribuídos por toda a parte, anúncios em altos falantes, música de variado tipo, luminosos de estabelecimentos comerciais de toda a espécie". Neste conjunto tão heteróclito de materiais de linguagem, há um lugar decisivo à designação. Esse fato de significação costuma associar-se aos nomes. Como o objeto de análise são as designações, o arquivo foi construído de forma digital, por meio de fotografias. Utilizamos um Smartphone Samsung Galaxy win 2 4G para fotografar as fachadas e/ou placas dos estabelecimentos comerciais.

Entre essas vinte e duas designações que formaram o arquivo, percebemos que em onze havia o uso dos artigos determinantes do espanhol ("el" e "la") acompanhando os sintagmas nominais. Esse fato chamou-nos a atenção e despertou-nos o interesse em analisar o funcionamento enunciativo destes artigos como forma de designar estabelecimentos comerciais na fronteira. Assim, fizemos um recorte do arquivo, que inicialmente continha vinte e duas designações para apenas onze. Na análise enunciativa "o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação" (GUIMARÃES, 2011, p. 44). Essas onze designações formaram o *corpus* de uma análise inicial.

As onze designações analisadas em um primeiro gesto de análise foram: El gordo (loja); La comercial (ferragem); El ico (lojas de acessórios e roupas); El turco (supermercado); La frontera (confeccões); La frontera (moda jovem gaúcha); La colonial (padaria); La fiambreteria (loja de frios); La peluqueria salone (salão de cabelereiro); La fronteira (whiskeria); La campeira (hotel).

Dando continuidade à pesquisa, voltamos à cidade de Uruguaiiana, entre o dia primeiro e o dia cinco de agosto de 2016. Nesse período, visitamos os onze estabelecimentos comerciais previamente selecionados. O objetivo da segunda visita foi o de dialogar com os respectivos comerciantes e, assim, traçar um perfil social, questionando-os sobre os motivos que os levaram a designar os seus estabelecimentos em espanhol. Conseguimos conversar com todos os comerciantes, menos com os proprietários dos seguintes estabelecimentos: “El gordo” e “La campeira”. A loja “El gordo” encontra-se fechada e quanto ao hotel “La campeira” o comerciante não retornou o contato realizado. Percorrendo a cidade encontramos mais dois estabelecimentos onde há a ocorrência do uso dos artigos determinantes: “La comparsa” e “La carmencita”. Dialogando com os comerciantes também descobrimos que “La frontera” confecções e “La frontera” moda jovem gaúcha são na verdade empreendimentos do mesmo proprietário, pois em um lugar encontra-se o atelier, onde se confeccionam as roupas para, posteriormente, revendê-las na loja de moda jovem gaúcha. Portanto, passamos a considerá-las como um mesmo estabelecimento, ainda que se localizem em diferentes endereços.

Após essa segunda visita, o *corpus* da pesquisa modificou-se, ficando composto por dez designações: El turco (supermercados); El ico (lojas de acessórios e roupas); La frontera (confecções e moda jovem gaúcha); La comparsa (parceria de laçadores); La comercial (ferragem); La colonial (padaria); La peluqueria salone (salão de beleza); La carmencita (restaurante); La fiambreteria (comercio de frios e embalagens); La fronteira (whiskeria).

**Figura 1:** fotografias de placas e/ou fachadas dos estabelecimentos comerciais que compõe o *corpus*



Antes que se faça um gesto de análise das designações, segundo Guimarães (2003) é necessário diferenciar três conceitos chaves: a referência, a nomeação e a designação. É através da referência que se particulariza algo na enunciação e pela enunciação. Por exemplo: *O jogador está sentado a segunda mesa à esquerda.* O sintagma nominal "o jogador" está

particularizando uma pessoa, indicando-a. A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Já a "designação é o que considero a significação de um nome enquanto a sua relação com os outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real" (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Os nomes de espaço na cidade lhe dão sentidos e constroem de algum modo esta geografia. Identificando-a. "Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte" (GUIMARÃES, 2003, p. 54). Por isso, propomos-nos a refletir sobre o funcionamento de designações na fronteira, acreditando que estas remetem às relações sociais do local a que fazem parte. Designar é um ato de significar. "A designação atribui um significado além do nomeado" (STURZA, 2006, p. 90). Logo, as designações dos estabelecimentos comerciais, que compõem o *corpus* da pesquisa, mantêm uma relação com outros nomes, além de reportarem ao "universo" da fronteira, às relações sócio-históricas desta região.

Para analisarmos o funcionamento do sentido das designações mobilizaremos conceitos como o de Temporalidade, Espaço de Enunciação Fronteiriço e o de Político. Segundo Guimarães (2005) é o acontecimento que temporaliza. Ele instala a sua própria temporalidade. Não é o sujeito que temporaliza, mas este é tomado na temporalidade do acontecimento. O presente e o futuro no acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. "Esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável" (GUIMARÃES, 2005, p. 12). Cada acontecimento é uma nova temporalização, sem a qual não há sentido, não há enunciação.

O espaço no qual os acontecimentos enunciativos constituem a designação denomina-se de Espaço de Enunciação. Logo, quando se considera a língua pela análise do acontecimento da enunciação não se pode concebê-la sem a sua relação com o falante. "Só há línguas porque há falantes e vice-versa. Os falantes são determinados pelas línguas que falam, sendo uma categoria linguística e enunciativa, figuras políticas constituídas pelos espaços de enunciação" (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Considerando que na fronteira o espanhol avança o território brasileiro e passa a dividir espaço com o português modifica-se a perspectiva de compreensão sobre o espaço de enunciação, relações entre línguas e sentidos políticos. "As línguas de fronteira se distribuem segundo uma organização própria, enunciada nas línguas ou sobre as línguas neste espaço de enunciação" (STURZA, 2006, p. 66). Na fronteira, os sentidos das línguas não são

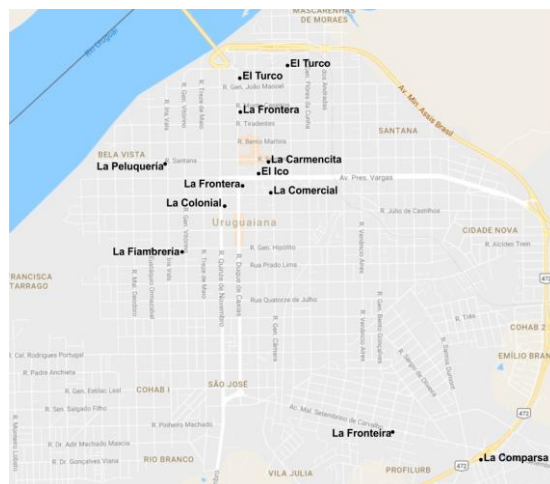
necessariamente os sentidos da língua nacional. Nesse caso, o Espaço de Enunciação Fronteiriço é um lugar constituído por um conjunto de línguas, onde se inclui o cruzamento de línguas. O cruzamento ocorre de dois modos: pela presença concomitante das duas línguas nacionais, em um mesmo enunciado, ou pela mistura dessas duas línguas, prática esta conhecida como "portunhol" (STURZA, 2006). De acordo com Guimarães (2005) pelo fato de o acontecimento de linguagem se dar nos espaços de enunciação este é um acontecimento político. “O político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 16).

### O funcionamento semântico-enunciativo das designações

De acordo com Guimarães (2003, p. 24) "os nomes dos estabelecimentos comerciais funcionam como um modo de nomear os estabelecimentos para que possam ser referidos tanto por seus proprietários quanto por seus fregueses ou pelas pessoas em geral". Esses nomes estão na cidade, são urbanos, e para serem notados pelo maior número de pessoas possíveis apresentam-se através da ampliação do nome, de uma diagramação, de uma iluminação, capaz de proporcionar a leitura do nome à distância. Quando estes nomes estão referidos no espaço urbano torna-se possível localizá-los através do seu endereço no mapa da cidade. “O espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico” (GUIMARÃES, 2005, p. 44).

Para que haja uma visualização mais ampla dos estabelecimentos comerciais selecionados, utilizou-se a ferramenta virtual *Google maps* para localizá-los no mapa da cidade.

**Figura 2:** Mapa de Uruguiana com a localização dos estabelecimentos comerciais



Fonte: *Google maps*

Através do mapa, nota-se que a maioria dos estabelecimentos localiza-se na área central da cidade, onde há uma maior concentração comercial. Percebe-se que os estabelecimentos El turco e La frontera estão mais próximos da aduana argentina. Somente os estabelecimentos La frontera e La comparsa localizam-se em bairros mais longínquos do centro. Isso se deve às atividades desempenhadas por ambos. A wiskeria La frontera está próxima a um posto de gasolina, local estratégico para atrair os clientes. Já o grupo de laçadores La comparsa, por trabalhar com animais equinos e ovinos também deve localizar-se mais distante do centro, área mais urbana.

Um aspecto importante do funcionamento das designações é como a enunciação que nomeia um estabelecimento comercial se relaciona com outras enunciações: as que nomeiam pessoas, ramos comerciais e alimentícios e o espaço territorial. A enunciação dos nomes de estabelecimentos comerciais pode ser, como geralmente é, uma enunciação a partir de outra enunciação.

Guimarães (2003) afirma:

A análise da forma do nome próprio numa enunciação específica é para mim uma retomada de outra enunciação, a da nomeação de algo por este nome. Em outras palavras, é sempre uma análise daquilo que a temporalidade do acontecimento que se analisa recorta como passado (rememorado) que significa com o presente e o futuro deste mesmo acontecimento (GUIMARÃES, 2003, p. 26).

Analisando as dez designações, identificamos a presença dessa rememoração ou resignificação de enunciações anteriores. Essa resignificação de enunciações anteriores se dá através do funcionamento de um *memorável* que está marcado no presente do acontecimento. Nas designações El turco e El ico a nomeação que designa o estabelecimento comercial toma e inclui a enunciação que nomeou inicialmente o dono do estabelecimento. Em La frontera e La frontera, dois estabelecimentos com ramos distintos, as designações tomam e incluem a enunciação que nomeou o espaço territorial. Esse *memorável* funciona porque a frontera é um elemento forte de identificação dos sujeitos fronteiriços. Em La comparsa a enunciação que nomeou o estabelecimento está relacionada a outras enunciações que nomearam o utensílio utilizado na lida campeira de tosquia das ovelhas, assim como, o grupo de campeiros que a executa. Essa enunciação é a mesma para os três países (Sul do Brasil, Argentina e Uruguai). No caso de La comparsa há o *memorável* do gaúcho fronteiriço em funcionamento no presente do acontecimento. Em La comercial, a proprietária do estabelecimento, antes de nomear a sua ferragem, encontrou dentro de um baú, que tinha comprado, um jornal uruguaio, de 1908, onde havia um anúncio de uma ferragem que também se chamava La comercial. Por isso, quando a

proprietária abriu a sua própria ferragem, pensou em nomeá-la da mesma forma. De acordo com Sipavicius (2010) o dito e o vivido criam sentidos novos que se tornam parte do significado atribuído aos nomes de lugares.

Em La colonial, o *memorável* que está em funcionamento rememora “algo antigo”, “da terra”, que significa o lugar, o próprio estabelecimento comercial. Em La peluqueria salone, nome em que não há acento agudo como no original, houve uma rememoração da enunciação que nomeia o estabelecimento em espanhol, local onde se trabalha com os cabelos. Em espanhol Peluquería<sup>11</sup> é o estabelecimento onde trabalha o peluquero, ra. Peluquero, ra é a pessoa que tem por ofício pentear, cortar o cabelo ou fazer e vender perucas, etc.

Já em La carmencita o nome do estabelecimento em uma enunciação anterior foi o nome da mãe do proprietário. Com a intenção de fazer uma homenagem a ela, nomeou o referido estabelecimento da mesma maneira. Logo, La carmencita passa a ser algo *memorável*. Houve um processo de resignificação em relação à primeira enunciação, pois toda a enunciação é única e irrepitível. O que ocorre, segundo Guimarães (2005, p. 12) é uma rememoração de enunciações que se dá como parte de uma nova temporalização. Para o referido autor, o acontecimento é sempre esta nova temporalização.

O fato de homenagear algo ou alguém através de nomes de lugares é algo recorrente, principalmente tratando-se de nomes próprios e de nomes de ruas. Segundo Sipavicius (2010, p. 598) “quando Guimarães explica que, quando um fato histórico é selecionado como um nome de lugar se torna algo *memorável*”. Há inúmeros nomes de ruas no Brasil que se chamam: *7 de setembro, 15 de novembro, D. Pedro I, Presidente Vargas*, entre outras. Há um *memorável* brasileiro funcionando nas designações. Já na designação La carmencita identifica-se com um *memorável castelhano* em funcionamento.

Em La fiambreteria há uma rememoração de uma enunciação que nomeia um ramo alimentício em língua espanhola. Fiambrería<sup>12</sup>, em espanhol, é uma loja onde se vendem ou preparam fiambres. Fiambre é derivado de frio – dito da carne que, depois de assada, cozida e curada, se come fria e pode conservar-se durante bastante tempo. Assim, há um *memorável castelhano* em funcionamento que remete diretamente ao país vizinho, à Argentina. De acordo

---

<sup>11</sup> A definição dos termos La peluquería e peluquero (a) foi retirado do Diccionario de la Real Academia Española (DRAE). Disponível em: [www.rae.es](http://www.rae.es) Acesso em: 28/05/2016.

<sup>12</sup> As definições dos termos foram retirados do Diccionario de la Real Academia Española (DRAE). Disponível em: [www.rae.es](http://www.rae.es) Acesso em: 28/05/2016.



com o proprietário os fiambres argentinos são um dos alimentos-alvo dos consumidores brasileiros. Em razão disso, a designação La fiambrería sugere aos consumidores brasileiros, potenciais enunciatários, que os fiambres vendidos no local não são brasileiros, mas argentinos. Logo, exalta-se o produto argentino em detrimento do brasileiro, ou seja, o fiambre de “Libres” é melhor do que o de Uruguaiana. Tanto que, segundo o próprio comerciante, muitos consumidores ligam para o estabelecimento perguntando se os produtos são de Paso de los Libres.

Outros produtos argentinos, além dos fiambres, também atraem os consumidores brasileiros. Os *alfajores*, óleos, balas, farinha, bolachas, chás e tantos outros, como o vestuário, conquistaram os brasileiros e os impulsionam até o país vizinho, propiciando o que Sturza (2011) denomina de “*ir e vir*” da fronteira. Na designação La fiambrería há esse *memorável* comercial fronteiriço em funcionamento, pois na fronteira os sujeitos se deslocam de um país ao outro. É o *memorável* do *chibo*<sup>13</sup>, do contrabando da fronteira, do trazer os produtos oriundos da Argentina para o Brasil.

Analisando o funcionamento do *memorável* nas 10 designações percebemos que o acontecimento em espanhol surge por estar relacionado às questões histórico-sociais da fronteira. O que Guimarães (2005) chama de *memorável*, o histórico no acontecimento é retomado, *resignificado*. Há algo na enunciação que *já foi dito* e que constitui o dizer, sendo repetido, mesmo que resignificado pelo presente da enunciação. Se considerarmos o funcionamento das designações, que compõe o *corpus*, vemos que elas se enunciam num espaço de línguas e de falantes denominado de Espaço de Enunciação Fronteiriço (STURZA, 2006). Este Espaço de Enunciação em que o acontecimento de enunciação se dá é um espaço de línguas na fronteira.

Na fronteira, que delimitamos trabalhar, o português e o espanhol estão em uma constante relação de convivência e conflito; o político está presente nas práticas linguísticas fronteiriças. Nas designações marca-se o político pela afirmação do *pertencimento*. Quando os artigos “el” e “la” acompanham os nomes, estes marcam na enunciação esse *pertencimento* ao

---

<sup>13</sup> Chibo; cabrito, em castelhano; designa em Uruguaiana, também, contrabando de coisa miúda; “- Fulano trouxe um chibo de Libres”; vem direto do castelhano. Verbete retirado do dicionário de Uruguaianês. Disponível: [http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd\\_canal=50501&cd\\_secao=51289&cd\\_materia=281220](http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=50501&cd_secao=51289&cd_materia=281220) Acesso em: 04/10/2016.

outro, aos *castelhanos*<sup>14</sup>. O proprietário do estabelecimento La frontera, quando questionado sobre o porquê do uso do artigo “la” determinando o nome, relatou-nos que se colocasse A fronteira, por exemplo, o nome ficaria restrito somente ao estado do Rio Grande do Sul, porém com o uso do artigo determinante “la” se amplia o sentido, englobando também os *castelhanos*, *a los gauchos de la pampa*. Por isso, o uso dos artigos determinantes do espanhol, nas designações, tem o sentido de ampliar/englobar, marcando esse *pertencimento* ao outro, aos *castelhanos*.

As línguas enunciadas nas designações também significam a divisão política do locutor ao projetar uma imagem de seu potencial interlocutor-consumidor. Estes nomes estão nas lojas correspondentes para identificá-las: para levar alguém a nelas entrar. Assim, os nomes de estabelecimentos são modos de identificação de "lugares" comerciais. A configuração das cidades contemporâneas são espaços configurados como lugares de consumidores. Isto significa que, para estes nomes, o lugar social do destinatário é o de consumidor, destinatário-consumidor tomado num Espaço de Enunciação Fronteiriço, isto predica este destinatário (GUIMARÃES, 2003). Logo, as línguas enunciadas nas designações, portuguesa e espanhola, significam a divisão política do locutor ao projetar uma imagem de seu interlocutor-consumidor.

Potencial consumidor dos produtos e serviços ofertados, o sujeito fronteiriço na figura do interlocutor-consumidor é projetado no acontecimento enunciativo como socialmente constituído pela língua portuguesa e também pela espanhola, enquanto habitante de um espaço de intercompreensão linguística, politicamente divididos por essas práticas de linguagem (MOTA, 2010, p. 83).

Embora os estabelecimentos comerciais estejam dentro do território brasileiro, as designações estão em espanhol ou em um processo mistura com o português. Portanto, a tentativa do Estado brasileiro de impor o português como língua nacional e única do território, não reproduz a realidade das relações linguísticas fronteiriças. A língua que funciona no comércio fronteiriço não é a mesma língua nacional e oficial do Estado. Há uma disparidade entre a língua que se fala no comércio fronteiriço e a língua do Estado-Nação.

Conforme assevera Guimarães (2003), não se pode esquecer que ser tomado como consumidor na enunciação destes nomes é mais uma identificação social que afeta as pessoas

---

<sup>14</sup> **Castelhano**, s. O natural do Uruguai ou Argentina. Disponível em: <http://www.compadrosvaldinho.com.br/2013/06/27/clique-aqui-e-veja-um-completo-dicionario-gaucha/> Acesso em: 14/01/2017.

que vivem na cidade em um mundo contemporâneo. Estes enunciados são próprios do mundo da escrita. “Não se trata do aspecto empírico de que um texto escrito pode ser lido depois (até porque hoje um texto falado também pode desde que gravado). Trata-se de um futuro constituído por uma materialidade própria do escrito, do gráfico, que estabiliza uma temporalidade significativa específica” (GUIMARÃES, 2003, p. 30). As designações quando marcadas pela presença do espanhol e do cruzamento das línguas dão um status de perenidade às práticas linguísticas desenvolvidas no comércio fronteiriço.

### Considerações finais

Através desta pesquisa, constatou-se que as práticas linguísticas fronteiriças não ocorrem somente na oralidade. A categoria enunciativa da designação também se utiliza, na fronteira, como um mecanismo do funcionamento das línguas no Espaço de Enunciação Fronteiriço. Nas designações analisadas, percebe-se que os falantes fronteiriços encontram-se afetados por duas línguas, o português e o espanhol, que os significam e significam os seus potenciais consumidores, enquanto habitantes da fronteira. Ao materializar-se nas designações dos estabelecimentos comerciais o espanhol significa politicamente os falantes e o espaço social, a fronteira, onde vivem.

Na análise semântico-enunciativa, identificamos que há uma afirmação do *pertencimento* ao espanhol, através do político, no Espaço de Enunciação Fronteiriço, espaço este que Sturza (2010) chama de espaço de *circular* e de *habitar*. Há uma rememoração de enunciações, que no acontecimento enunciativo resignificam-se. O artigo determinante na enunciação cumpre outra função que não é o de restringir o nome, como na gramática normativa, mas o de ampliá-lo. Determinar com o artigo do espanhol, nesta fronteira, é afirmar através da língua o seu *pertencimento* ao outro, aos *castelhanos*. Isso demonstra que as relações fronteiriças não são apenas de rivalidade, mas de união. Todos compartilham da mesma sociedade. As barreiras políticas e jurídicas impostas pelos Estados não foram capazes de barrar o contato e os costumes compartilhados entre os três países.

Acreditamos que o fato de desafiar-nos, no começo desta investigação, ao intento de encontrar materialidades escritas em espanhol, no comércio Uruguaiense, abriu a possibilidade de estudar a designação na fronteira. Por conseguinte, esta pesquisa irá contribuir para o campo da Linguística Fronteiriça, principalmente para aqueles que se interessam pela questão do contato das línguas, através de um olhar semântico-enunciativo.

## Referências

COLVERO, R. *Negócios na Madrugada. O Comércio Ilícito na Fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

\_\_\_\_\_; SOARES, L. F. *Uruguaiana: A Estância como fronteira*. Estudos Históricos, CDHRP, nº 3, dez, 2009.

CATAIA, M. *O uso do território e fronteiras políticas no período da globalização*. Fronteiras em foco. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

CHIAPPINI, L., MARTINS, M. H.; PESAVENTO, S. Fronteiras da paz. In: CHAPPINI, L.; MARTINS, M. H. M.; PESAVENTO, S. J.; SCHÜLER, D.; et al [Org.]. *Pampa e cultura: de Fierro a Netto*– Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do livro, 2004.

FERNANDES, I.; STURZA, E. A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil. In: *Revista Signo y Señá*. Buenos Aires, v.20, p. 207-228, Jan., 2009.

GOLIN, L. C. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRIMSON, A. Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) - Libres (Argentina). In: OLIVEIRA, R. C.; STEPHEN, G. B (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

GUIMARÃES, E. Enunciação e Política de Línguas no Brasil. In: *Revista Letras*. Santa Maria, n.27, p.47-53, Dez.2003.

\_\_\_\_\_. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: *Revista Letras*. Santa Maria, n. 26, p. 53-62, Jun.2003.

\_\_\_\_\_. A marca do nome. In: *Revista Rua*. Campinas, n. 9, p. 19-31, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2005.

\_\_\_\_\_. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

MOTA, S. S. Línguas, Sujeitos e Sentidos: o jornal nas relações fronteiriças no final do século XIX, início do século XX. *Dissertação* (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

SIPAVICIUS, M. *Connotaciones socioculturales de los nombres de lugar*. Biblioteca Técnica de Política Lingüística, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/28719243/CONNOTACIONES\\_SOCIOCULTURALES\\_DE\\_LOS\\_NOMBRES\\_DE\\_LUGAR](https://www.academia.edu/28719243/CONNOTACIONES_SOCIOCULTURALES_DE_LOS_NOMBRES_DE_LUGAR) Acesso em: 26/09/2016.

STURZA, E. Línguas de Fronteira e Política de Línguas: uma História das Ideias Linguísticas. 2006. *Tese* (Doutorado em Linguística) - UNICAMP, Campinas - SP.

\_\_\_\_\_. Espaço de enunciação e processos identitários. In: *Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação / UNICAMP*. Campinas, SP, v.21, n.3 (63), p. 83-96, set./dez., 2010.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras, Línguas e Sujeitos*. Fronteiras em foco. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

VILLELA, U. L. *Atalaia da Pátria*. O homem, o meio e a história. Canoas: La Salle, 2. Ed, 1970.